

A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos¹

Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts

Terry Cook

Professor visitante do programa de pós-graduação em Estudos de Arquivologia do Departamento de História da Universidade de Manitoba, Winnipeg, Canadá
E-mail: tcook3957@rogers.com

Resumo

Processo em vez de produto, tornando-se em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais—estas têm se tornado as palavras de ordem pós-moderna para analisar e compreender ciência, sociedade, organizações e atividade empresarial, entre outros. Estas devem igualmente ser as palavras de ordem para a ciência arquivística no novo século, e, assim, as bases para um novo paradigma conceitual para a profissão. O pós-modernismo não é a única razão para reformular os principais preceitos da ciência arquivística. Mudanças significativas no propósito dos arquivos como as instituições e a natureza dos documentos, são outros fatores que, combinados com *insights* pós-modernos, formam a base da nova percepção de arquivos como documentos, instituições e profissão na sociedade.

Este ensaio explora a natureza do pós-modernismo e da ciência arquivística, e sugere ligações entre os dois. Também descreve duas grandes mudanças no pensamento arquivístico, que servem de base para a mudança de paradigma arquivístico, antes de sugerir novas formulações para conceitos arquivísticos mais tradicionais.

Palavras-chave: Ciência arquivística. Governança. Pós-modernismo. Memória Social.

Abstract

Abstract. Process rather than product, becoming rather than being, dynamic rather than static, context rather than text, reflecting time and place rather than universal absolutes - these have become the postmodern watchwords for analyzing and understanding science, society, organizations, and business activity, among others. They should likewise become the watchwords for archival science in the new century, and thus the foundation for a new conceptual paradigm for the profession. Postmodernism is not the only reason for reformulating the main precepts of archival science. Significant changes in the purpose of archives as institutions and the nature of records are other factors which, combined with postmodern insights, form the basis of the new perception of archives as documents, institutions, and profession in society. This essay explores the nature of postmodernism and archival science, and suggest links between the two. It outlines two broad changes in archival thinking that underpin the archival paradigm shift, before suggesting new formulations for most traditional archival concepts.

Keywords: Archival science. Governance. Postmodernism. Social memory.

¹ Tradução do artigo: COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Journal Archival Science*, v. 1, n. 1, p. 3-24, 2001. DOI:10.1007/BF02435636.

O papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar sua disciplina e prática.² Uma profissão enraizada no positivismo do século XIX, para não dizer em diplomática anterior, pode ter aderido a conceitos e, portanto, resultando em estratégias e metodologias, que não são mais viáveis em um mundo pós-moderno e informatizado.³ Mesmo “ciência arquivística,” como um termo e um corpo de conhecimento, levanta problemas conceituais, muito além do impacto do pós-modernismo, que precisam ser esclarecidos nas novas realidades em que vivemos e trabalhamos. Será que estas mudanças equivalem a uma mudança de paradigma, como os editores deste periódico me convidaram a abordar, ou a profissão está apenas adaptando seus princípios, como já fez no passado, para novas mídias e novas técnicas de criação de registros? Neste ensaio, eu confirmo a minha resposta, já expressa em outro lugar, que uma mudança de paradigma arquivístico está ocorrendo de fato, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e, portanto, como realizam o seu trabalho (COOK, 1997).⁴

No coração do novo paradigma está uma mudança que deixa de visualizar documentos como objetos físicos estáticos, e passa a entendê-los como conceitos dinâmicos virtuais; que não

² Enquanto honrando por ter sido convidado pelos editores deste periódico para oferecer, a esta edição inaugural, meus pontos de vista sobre o estado da ciência arquivística, o curto espaço de tempo disponível para este trabalho, resultou numa reflexão pessoal, em vez de uma peça apoiada em pesquisa original. Elaborei neste tipo de pesquisa, como já o fiz anteriormente e como tem aparecido em outros lugares, e indiquei em notas posteriores, a partir das quais citações de fontes muito mais completas podem ser encontradas. O presente trabalho se refere a um ensaio sobre a ciência arquivística e o pós-modernismo; não há qualquer pretensão de ter pesquisado exaustivamente tudo o que foi escrito sobre o assunto, mesmo no idioma inglês. Eu gostaria de agradecer a Tim Cook, do Arquivo Nacional do Canadá, por seus comentários úteis sobre este ensaio, bem como as observações de grande utilidade de dois revisores anônimos da *Archival Science*. Quaisquer erros e todas as interpretações são de minha autoria.

³ Sobre positivismo e arquivos, consultar HARRIS, Verne. Claiming less, delivering more: a critique of positive formulations on archives in South África. *Archivaria*, 44, p. 132-141, Fall 1997, bem como, pelo menos implicitamente, todos as fontes arquivistas escrevendo sobre a revolução pós-moderna e seu impacto na profissão, muitas das quais estão descritas na nota 12 abaixo. Chamo especial atenção para a crítica completa de formulações positivistas da teoria e ciência arquivística por MORTENSEN, Preben. The place of theory in archival practice. *Archivaria*, 47, p. 1-26, Spring, 1999.

⁴ Uma versão mais curta e menos completa também foi publicada como Interaction of archival theory and practice since the publication of the dutch manual. *Archivum*, p. 191-214, 1997; o ensaio foi reimpresso em HORSMAN, P. J.; KETELAAR, EC.J.; THOMASSEN, T.H.P.M. (Eds.). *Naar een nieuw paradigma in de archivistiek*. Jaarboek: Stichting Archiefpublicaties, 1999. p. 29-67. Ambos se originaram de um discurso em plenário para o XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Pequim, China, em 1996. Eu usei o termo "paradigma" uma vez antes em um artigo precursor, quase duas décadas antes, para sugerir que a pesquisa realizada por arquivistas, renovada e sustentada por bolsa de estudos, abordando a história e contexto de documentos, ao contrário do foco profissional em questões metodológicas e tecnológicas, permitiria aos arquivistas e, mais ainda, aos usuários de arquivos, descobrir o conhecimento e a compreensão humanista no mar de informações em coleções arquivísticas; ver COOK, 1984-1985, p. 28-49.

mais olha para documentos como produtos passivos da atividade humana ou administrativa e considera os próprios documentos como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional; também muda a visão do contexto da criação de registros dentro de organizações hierárquicas estáveis para situá-los em redes horizontais fluídas de funcionalidade de fluxo de trabalho. A mudança de paradigma exige que os arquivistas deixem de identificar-se como guardiões passivos de um patrimônio herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). Dito de outra forma, o discurso teórico arquivístico está mudando de produto para processo, de estrutura para função, de arquivos para arquivamento, de registro para contexto de registro, de resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para memória social construída conscientemente e mediada ativamente “*archivalisation*.”⁵

Os princípios arquivísticos fundamentais somente serão preservados, neste mundo em mudança, se muitas de suas atuais interpretações, implementações estratégicas, e aplicações práticas forem descartadas. À primeira vista, pode parecer contraditório afirmar uma mudança de paradigma, e sugerir ao mesmo tempo, que os arquivistas devem manter o foco em sua pesquisa acadêmica e formulações teóricas baseados nos princípios básicos tradicionais— aqueles centrados em torno da “proveniência, relativamente ao fundos ‘*respect des fonds*’, contexto, evolução, inter-relações, [e] ordem” de documentos (COOK, 1984-85, p. 49). Referência aos “princípios fundamentais tradicionais” não soa como uma mudança radical de paradigma! No entanto, os resultados de pesquisa conduzida por arquivistas abordando estes princípios fundamentais tradicionais são agora tão diferentes dos pressupostos que têm dominado a profissão durante a maior parte dos últimos dois séculos que eu acredito que uma mudança de paradigma está realmente ocorrendo.

Thomas Kuhn expressou a ideia de uma mudança de paradigma em *The Structure of Scientific Revolutions* em 1962. Ele argumentou que mudanças radicais ocorrem na estrutura interpretativa para qualquer teoria científica, as quais ele chamou de mudança de paradigma, quando as respostas para as perguntas de pesquisa já não explicam de forma suficiente o

⁵ Na *archivalisation* e sua exposição por Jacques Derrida em *Archive Fever*, ver KETELAAR, Eric. *Archivalisation and Archiving. Archives and Manuscripts*, v. 27, p. 54-61, May 1999, e (sem termo) NESMITH, Tom. Still fuzzy, but more accurate: some thoughts on the ‘ghosts’ of archival theory. *Archivaria*, v. 47, p. 136-150, Spring 1999, assim como muitas das fontes na nota 12 abaixo, sobre o arquivo pós-moderno. A mais completa análise publicada de Derrida por um arquivista é BROTHMAN, Brien. Declining derrida: integrity, tensegrity, and the preservation of archives from deconstruction. *Archivaria*, v. 48, p. 64-88, Fall 1999.

fenômeno a ser observado (no caso arquivístico, informação registrada e seus criadores) ou quando as metodologias práticas baseadas na teoria de tal observação não mais funcionam (como de fato não funcionam para muitas das atividades arquivísticas, e não apenas com documentos eletrônicos). O foco das questões e de pesquisa, portanto, pode permanecer “tradicional numa mudança de paradigma,” as respostas não. E assim é com arquivos.

Este ensaio explora a natureza do pós-modernismo e ciência arquivística, e sugere ligações entre ambos. Então, irei delinear brevemente, duas grandes mudanças no pensamento arquivístico que servem de base para mudança de paradigma arquivístico, antes de sugerir novas formulações para conceitos arquivísticos mais tradicionais. Todas as três dimensões deste ensaio são perspectivas diferentes do mesmo paradigma de mudança da ciência arquivística.

Pós-modernismo e ciência arquivística

A mentalidade pós-moderna afeta arquivos de duas maneiras. Vivemos em uma era pós-moderna de discussão teórica, quer queiramos ou não. Partindo da análise arquitetônica e evolutiva da filosofia francesa e crítica literária pós Sartre, o pós-modernismo tem crescido e influenciado quase todas as disciplinas, da história à literatura à psicanálise e à antropologia, da análise cartográfica aos estudos de cinema, fotografia e arte, para não dizer de sua influência na teoria feminista e teoria Marxista, que por sua vez, influenciaram muitas disciplinas. O educador arquivístico Terry Eastwood (1993, p. 27) observou que “é preciso entender o meio político, econômico, social e cultural de uma dada sociedade para compreender os seus arquivos”, acrescentando que “as ideias tidas sobre os arquivos, em qualquer dado momento, certamente nada mais são do que um reflexo de correntes mais amplas na história intelectual.”⁶ Seguindo esta lógica, a tendência intelectual dominante desta era é o pós-modernismo, e desta forma, irá, necessariamente afetar arquivos. Os arquivistas devem começar a especular como e por que, e mudar suas formulações da ciência arquivística de acordo.

⁶Veja também CRAIG, Barbara. Outward visions, Inward Glance: archives history and professional identity. *Archival Issues: Journal of the Midwest Archives Conference*, v. 17, p. 121, 1992. O argumento mais completo para a pesquisa de arquivistas, redação, leitura e conhecimento de sua própria história é COX, Richard J. On the value of archival history in the United States. (originalmente de 1988), em COX, Richard J. *American archival analysis: the recent development of the archival profession in the United States*. Metuchen, NJ, 1990. p. 182-200. Veja também os argumentos (e exemplos) em COOK, 1997.

O segundo, e mais direto impacto do pós-modernismo, repousa em sua especulação sobre a natureza de textos históricos e outros textos. O maior pensador pós-moderno vivo, Jacques Derrida, publicou *Archive Fever* em 1995/96 para abordar de forma explícita o arquivo e sua importância na sociedade, e uma onda de estudos se seguiu na esteira de Derrida.⁷ Portanto, o pós-modernismo trata da criação e natureza dos registros e sua designação, sobrevivência e preservação como arquivos. Muitos comentaristas pós-modernos também abordam explicitamente os arquivos como instituições e seu papel na formação da memória oficial ou sancionada do Estado. É importante distinguir aqui o impacto do pós-modernismo e da revolução do computador nos registros e, em última instância, na ciência arquivística. Derrida certamente diria que as questões mais radicais sendo feitas neste momento sobre “arquivo”, sob o estímulo de registros eletrônicos e ambientes virtuais, são igualmente aplicáveis a toda a tradição da escrita ocidental e o processo de registro: a instabilidade do texto e das relações texto-autor, ou a sombra fantasmagórica do traço de atividade passada, talvez seja mais aparente com a mídia eletrônica, mas na verdade tem sido uma realidade persistente desde que a linguagem e a escrita entraram em uso.

O problema com o pós-modernismo é, naturalmente, um problema de definição. O pós-modernismo afeta tantos aspectos da sociedade atual que pode significar quase qualquer coisa, dependendo a qual perspectiva e disciplina um determinado comentarista se refere. O campo pós-moderno é cheio de paradoxos e ironias, de Michel Foucault baseando textos em realidades de poder sócio-político-históricas, a fim de compreender sistemas de conhecimento organizado e suas hegemonias discursivas, à Jacques Derrida desconstruindo ou desmontando esses mesmos sistemas, de fato a própria linguagem em que se baseiam. A teoria da informação, sob a égide pós-moderna, é complicada porque abrange filosofia, linguística, semiótica, estruturalismo, hermenêutica e iconologia, assim como o marxismo e o feminismo. Mas, correndo o risco de fazer uma simplificação grosseira, aqui estão algumas formulações pós-modernistas generalizadas, destacando, claro, para este periódico, suas implicações para arquivos e, assim, seu impacto na ciência arquivística.

⁷ Originalmente em francês, em 1995, de palestras de 1994. Dois números da revista, *History of Human Sciences*, 11, (nov. 1998) e 12 (fev. 1999), são dedicados a ensaios escritos por quase 20 estudiosos no "The Archive". Nenhum deles são arquivistas, e muito pouco manuscritos escritos por arquivistas são citados.

O pós-moderno interrompe e se rebela contra o moderno. As noções de verdade universal ou conhecimento objetivo baseadas nos princípios do racionalismo científico do Iluminismo, ou no emprego do método científico ou crítica textual clássica, são descartados como quimeras. Usando análise lógica implacável, os pós-modernistas revelam a falta de lógica de textos supostamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam o patrimônio documental, e de fato, a estrutura dos documentos, o sistema de informação de residentes, e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto em si ou o seu conteúdo. Os fatos nos textos não podem ser separados de sua interpretação, seja a interpretação em andamento, ou interpretação passada, nem o autor separado do assunto ou público, ou o autor separado da criação, e nem autoria separada do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, re-apresentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, por um propósito definido. Nenhum texto é um mero subproduto inocente da ação, como Jenkinson afirmou, mas sim um produto construído de forma consciente, embora uma consciência possa estar tão transformada em padrões semiconscientes, ou mesmo inconscientes, de comportamento social, processo de organização e apresentação de informação, que o *link* para realidades externas e relações de poder fica oculto. Os textos (incluindo imagens) são todos uma forma de narração, mais preocupados com construção coerente e harmônica para o autor, reforçando posição e ego, em conformidade com as normas e padrões de organização do discurso retórico, do que focando em ser evidência de atos e fatos, ou contextos jurídicos ou legais. E não há apenas uma narrativa de uma série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas, muitas histórias, servindo muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço.

O tom pós-moderno é um tom de dúvida irônico, de confiar em nada pelo valor de face, de sempre olhar por trás da superfície, de perturbar a sabedoria convencional. Os pós-modernistas tentam desnaturalizar o que a sociedade assume como natural sem questionar, o que a sociedade tem aceito como natural, racional, provado, por gerações, talvez séculos— simplesmente o modo como as coisas são. O pós-modernista toma tal fenômeno “natural”— seja o patriarcado, o capitalismo, o cânone ocidental da grande literatura, ou arquivos— e os declara “anormais”, ou

“cultural” ou “construídos”, ou “feitos pelo homem” (usando “homem” deliberadamente), tudo necessitando de uma maior investigação e análise.⁸

Algumas destas generalizações sobre o pós-modernismo são apoiadas na crescente literatura sobre a história arquivística— infelizmente, frequentemente não escrita por arquivistas. Jacques Le Goff (1992) salienta (em tradução) que “o documento não é matéria-prima objetiva e inocente, mas expressa o poder que a sociedade tinha no passado (ou tem no presente) sobre a memória e sobre o futuro: o documento é o que permanece.” O que é verdadeiro de cada documento é verdadeiro dos arquivos coletivamente. Não por acaso, os primeiros arquivos foram aqueles ligados ao poder na antiga Mesopotâmia, Egito, China e América pré-colombiana— fossem os centros de poder da religião, templos e sacerdotes; de empresas, comércio, e contabilidade; ou de reis, imperadores e faraós. A cidade capital nestas civilizações e civilizações posteriores, se torna, nas palavras de Le Goff (1992), “o centro de uma política de memória”, onde “o próprio rei implanta, em todo o terreno sobre o qual ele mantém controle, um programa para lembrar de que ele é o centro.” Primeiramente, a criação e, em seguida, o controle da memória leva ao controle da história, portanto mitologia, em última análise, poder.⁹ Estudiosos feministas, como Gerda Lerner em seu trabalho pioneiro, demonstrou de forma convincente que tal poder por trás dos primeiros documentos, arquivos e memória foi impiedosamente e intencionalmente patriarcal: as mulheres eram privadas de sua legitimidade no processo arquivista do mundo antigo, um processo que continuou até este século.¹⁰ Muitos exemplos,

⁸ Parece que não faz sentido citar aqui uma prateleira cheia de livros pós-modernistas. No entanto, além da análise de Foucault e metodologia histórica, e o volume seminal de Derrida, a minha compreensão do pós-modernismo deve muito a uma exposição precoce ao trabalho da estudiosa canadense, HUTCHEON, Linda. *The politics of postmodernism*. Londres: Nova York, 1989, e *Poetics of Postmodernism: history, theory, fiction*. Nova York: Londres, 1988, e, naturalmente, aos escritos dos poucos arquivistas (felizmente, este número vem crescendo) que exploraram, em vez de ignorarem o pós-modernismo, como descrito na nota 12 abaixo.

⁹ Curiosamente, um desafiador chave da ortodoxia arquivística e um dos principais defensores dos arquivos virtuais, e de perspectivas trans-institucionais, chamou sua primeira principal exposição principal de uma maneira que é muito remanescente dos temas Le Goff: ver SAMUELS, Helen Willa. Who controls the past. *American Archivist*, v. 49, p. 109-124, Spring 1986.

¹⁰ Estudiosos feministas são bastante conscientes da maneira que os sistemas de linguagem, a escrita, e registro de informação, e preservação de tais informações, uma vez registradas, se baseia na questão social e relações de poder, estes sistemas não são neutros atualmente e nem foram neutros em todos os milênios passados. Por exemplo, veja LERNER, Gerda. *The creation of patriarchy*. Nova York: Oxford, 1986. p. 6-7, 57, 151-200, e *passim*; e EISLER, Riane. *The chalice & the blade*. São Francisco, 1987. p. 71-73, 91-93. O mais recente estudo de Lerner *The creation of feminist consciousness: from the middle ages to eighteen-seventy*. New York: Oxford, 1993, detalha cuidadosamente a exclusão sistemática das mulheres da história arquivística e as tentativas das mulheres, a partir do final do século 19, de corrigir este fato criando os arquivos das mulheres: ver especialmente o Capítulo 11, “The

estão agora vindo à luz, de arquivos coletados— e mais tarde podados, reconstruídos e mesmo destruídos— não objetivando manter a melhor prova jurídica de negócios legais e transações administrativas, mas para servir a propósitos históricos e sacros/simbólicos apenas para aquelas figuras e acontecimentos julgados dignos de memória, de celebração, dentro do contexto do seu tempo.¹¹ Mas quem é digno? E quem determina merecimento? De acordo com que valores? E o que acontece quando os valores e o determinante muda ao longo do tempo? E quem é considerado indigno e esquecido, e por quê? Exemplos históricos, em suma, sugerem que não há nada neutro, objetivo, ou “natural” sobre este processo de lembrar e esquecer.

Em última instância, os pós-modernistas têm uma profunda ambivalência sobre documento ou registro. Enquanto existe dúvida sobre a veracidade da história, ao ver arquivos como meros vestígios do que agora são universos de documentos e atividade faltantes ou destruídos, ao ver os próprios documentos como espelhos que distorcem fatos e realidades passadas em favor do propósito narrativo do autor/audiência, os pós-modernistas frequentemente recorrem, paradoxalmente, à história e análises históricas. Michel Foucault, por exemplo, fez importantes estudos históricos a respeito da doença mental, criminologia e sexualidade humana. Uma pós-modernista afirma, exibindo essa mesma ambivalência paradoxal,

que todos os documentos ou artefatos usados por historiadores não são provas neutras para reconstruir os fenômenos que são assumidos como tendo alguma existência independente fora deles. Todos os documentos possuem informações e a própria maneira como o fazem é, em si, um fato histórico que limita a concepção documentária do conhecimento histórico. Este é o tipo de percepção que levou a uma semiótica da história, porque os documentos se tornaram sinais de eventos que o historiador transmuta em fatos. Eles também são, naturalmente, os sinais dentro de contextos já semioticamente construídos, eles próprios dependentes de instituições (se os mesmos são registros oficiais) ou individuais (se são testemunhas oculares)... A lição aqui é que o passado existiu, mas o nosso conhecimento do mesmo é transmitido semioticamente (HUTCHEON, 1988, p. 122).

O registro é um sinal, um significante, uma construção mediada e em constante mudança, e não um vaso vazio em que atos e fatos são derramados. O modelo positivista baseado na

Search for Women's History” Ver também SMITH, Bonnie G. *The gender history: men, women, and historical practice*. Cambridge: Londres, 1998.

¹¹ Consultar por exemplo, GEARY, Patrick J. *Phantoms of remembrance: memory and oblivion at the end of the first millennium*. Princeton, 1994. p. 86-87, 177, e especialmente o capítulo 3: “Archival Memory and the Destruction of the Past” e *passim*. Citações para outros exemplos e várias citações, ver COOK, 1997, p. 18, 50. Temos o caso doloroso, em nosso próprio tempo, da destruição deliberada de documentos em Kosovo e Bósnia para apagar a memória e pessoas marginalizadas.

integridade de uma ressurreição científica de fatos do passado e os registros como um subproduto imparcial, inocente da ação foi totalmente desacreditado. E alguns arquivistas estão agora começando a explorar as implicações dessas ideias pós-modernistas para a sua profissão.¹² O pós-modernismo não é necessariamente contrário à ciência arquivística, mas um novo tipo de ciência arquivística—ou paradigma— será necessária para fazer uma união feliz entre os dois. Vamos nos voltar primeiro para a ciência arquivística.

O que é "ciência arquivística"? Em um nível, o termo e seu significado são invisíveis ou ilusórios; em outro nível, eles às vezes são formulados de maneiras completamente incompatíveis com o pensamento pós-moderno. Ambas estas questões devem preocupar os arquivistas. Eric Ketelaar (1997) refere-se a “Torre de Babel dos arquivistas” através dos países, idiomas e tradições arquivísticas nacionais, e através de “culturas” arquivísticas mais profundas, e observa que “qualquer discurso pressupõe entendimento e compreensão.” Parte desse entendimento

¹² A primeira menção do pós-modernismo (pelo menos em Inglês) por um arquivista em um artigo título foi feita por Terry Cook, em *Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. Archives and Manuscripts*, v. 22, p. 300-329, Nov. 1994, do qual, a maior parte dos parágrafos anteriores, dependem. Os temas continuaram em seu "*What is past is prologue*", já citado. Dois arquivistas pós-modernos pioneiros, anteriores a Cook, foram os também canadenses, Brien Brothman e Richard Brown. Entre outras obras, ver Brien Brothman, "Orders of value: probing the theoretical terms of archival practice. *Archivaria*, v. 32, p. 78-100, summer 1991"; "The limits of limits; Derridean deconstruction and the archival institution. *Archivaria*, 36, p. 205-220, Autumn 1993", e sua sondagem do *Archive Fever* de Jacques Derrida, em *Archivaria*, v. 43, p. 189-192, Spring 1997, cujas ideias são bastante expandidas em seu "Declining Derrida: integrity, tensegrity, and the preservation of archives from deconstruction. *Archivaria*, v. 48" (já citado) e Richard Brown, "The value of 'narrativity' in the appraisal of historical documents: foundation for a theory of archival hermeneutics. *Archivaria*, v. 32, p. 152-156, Summer 1991"; "Records acquisition strategy and its theoretical foundation: the case for a concept of archival hermeneutics. *Archivaria*, v. 33, p. 34-56, Winter 1991-1992", e "Death of a renaissance record-keeper: the murder of Tomasso da Tortona in Ferrara, 1385. *Archivaria*, v. 44, p. 1-43, Fall 1997". Além dos artigos incisivos de Preben Mortensen, "The place of theory in archival practice," e Tom Nesmith, "Still fuzzy, but more accurate: some thoughts on the 'ghosts' of archival theory," ambos já citados anteriormente na *Archivaria*, v. 47, Spring 1999, outros arquivistas canadenses que refletem as influências pós-modernas, pelo menos na forma publicada em inglês, incluem Bernadine Dodge, "Places apart: archives in dissolving space and time. *Archivaria*, v. 44, p. 118-131, Fall 1997; Theresa Rowatt, "The Records and the repository as a cultural form of expression. *Archivaria*, v. 36, p. 198-2-4, Autumn 1993"; Joan Schwartz, "'We make our tools and our tools make us': lessons from photographs for the practice, politics and poetics of diplomacy. *Archivaria*, 40, p. 40-74, Fall 1995"; e Lilly Koltun, "The promise and threat of digital options in an archival age. *Archivaria*, v. 47, p. 114-135, Spring 1999". Arquivistas pós-modernos não canadenses incluem Eric Ketelaar, "Archivalisation and archiving," e Verne Harris, "Claiming less, delivering more: a critique of positivist formulations on archives in South Africa," ambos já citados anteriormente, assim como também a complementação Verne Harris, "Redefining archives in South Africa; public archives and society in transition, 1990-1996. *Archivaria*, v. 42, p. 6-27, Fall 1996", e, implicitamente, pelo menos, alguns dos escritos dos americanos Margaret Hedstrom, Richard Cox, e O. James' Toole, e os australianos Frank Upward, Sue McKemmish, e Barbara Reed. Os simpósios e publicações programadas para o próximo ano a fim de investigar arquivos e a construção de memória social irão ajudar a expandir os números e nacionalidades de arquivistas envolvidos considerando as implicações do pós-modernismo para a profissão.

requer trazer essas diferenças à luz, ao invés de negá-las ou procurar impor uma universalidade que não existe, exceto talvez na mente de alguns teóricos tradicionais (KETELAAR, 1997¹³). Em nenhuma área esta questão é mais necessária do que na “ciência arquivística” e, portanto, mais uma boa razão para a existência deste novo periódico!

Para os arquivistas norte-americanos e australianos, o termo “ciência arquivística” é tão estranho que não encontra lugar em seus extensos glossários publicados, e, até muito recentemente, sob o impacto das ideias europeias importadas, raramente foi mencionado em seus discursos profissionais.¹⁴ Inversamente, para muitos arquivistas europeus, “ciência arquivística” está profundamente enraizada como parte de sua mentalidade profissional. Por exemplo, três arquivistas líderes de três países europeus, que têm utilizado “ciência arquivística” no título de artigos recentes desenhados para explorar aspectos do significado da ciência arquivística, realmente não definem o termo, ou o explicam, mas simplesmente assumem que seus leitores vão saber o que eles significam.¹⁵ O termo, em tal escrita, às vezes parece abranger, para o olho não treinado deste norte-americano, todo o conhecimento profissional que forma a disciplina intelectual de arquivos, incluindo teoria arquivística, história arquivística, estratégia arquivística,

¹³Reimpresso em Horsman, Ketelaar, e Thomassen (eds.), *Naar een nieuw paradigma em de archivistiek. Jaarboek 1999 Stichting Archiefpublicaties*, 21-27.

¹⁴Ver BELLARDO, J. Lewis; BELLARDO, Lynn Lady. *A glossary for archivists, manuscript curators, and record managers, society of american archivists*. Chicago, 1992; ACLAND, Glenda. Glossary. In: ELLIS, Judith (Ed.). *Keeping archives*. 2. ed. Port Melbourne, 1993. p. 459-481. Enquanto estes são glossários dirigidos a profissionais, eles refletem *input* de teóricos e o estado da literatura profissional no momento. “Archival Science” ganhou maior aceitação recentemente como um termo na América do Norte com base em uma maior disponibilidade e valorização da literatura arquivística Europeia na última década, e a influência de Luciana Duranti, uma educadora arquivística canadense na Europa, e alguns de seus alunos. No entanto, para muitos, o termo ainda soa como uma nota discordante.

¹⁵Naturalmente, os artigos como um todo explicam de forma implícita aspectos da “ciência arquivística”, por que é por isso que eles foram escritos, mas não explica explicitamente o termo em si ou que aspectos de arquivos que engloba. Ver CARRUCCI, Paola. Archival science today. principles, methods and results. In: BUCCI, Oddo (Ed.) *Archival science on the threshold of the year 2000*. Macerata, 1992. p. 55-68 (Itália), Bruno Delmas (França), “What is the status of archival science in France today,” *The Concept of Record: Report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record* 30-31 May 1996 (Riksarkivet, Suécia, 1998), p. 27-35; e KETELAAR, Eric. The difference best postponed? culture sand comparative archival science (Holanda) já mencionado. Avanço nesses exemplos, apenas para sugerir os trabalhos que tenho na minha estante de três escritores bem conhecidos; no tempo disponível para preparar este artigo, eu não fiz nenhuma pesquisa sistemática das várias maneiras que os escritores europeus usam o termo “ciência arquivística.” Bruno Delmas da França pode ser mencionado como o pai da distinção entre ciência arquivística prática, descritiva e funcional (e Angelika Menne-Haritz da Alemanha possa talvez ser chamada de sua madrastra). O panorama mais recente da ciência arquivística, que analisa o conceito e também traça seu desenvolvimento ao longo do tempo, é Theo Thomassen, “The Development of Archival Science and its European Dimension, *The Archivist and the Archival Science*. Lund, 1999. (LandsarkivetsiLundSkriftserie7). p. 75-83.

metodologia arquivística, mesmo diplomática ou aspectos de gerenciamento de registros. Mas a ciência arquivística, frequentemente equacionada por esses escritores, parece se referir ao que os norte-americanos pensam de "teoria arquivística", e, mais especificamente, com conceitos sobre o arranjo e descrição de arquivos, a fim de proteger sua proveniência ou integridade contextual.

Para Bucci Oddo (1992), um teórico arquivística europeu que define ciência arquivística muito claramente, "conhecimento arquivístico" e "ciência arquivística" não são a mesma coisa. O conhecimento arquivístico é a forma expressa de prática diária de vários tempos, lugares, usos, mídias e "valores" de arquivos, enquanto que ciência arquivística é "a construção conceitual e sistemática" de conhecimento arquivístico dentro de integridade disciplinar. Bucci continua:

... na realização de sua tarefa de elaboração teórica, a ciência arquivística trabalha para canalizar, estruturar, organizar sistematicamente, e para estabelecer ordem na matéria de conhecimento arquivístico. Este último abre o caminho para a ciência arquivística, mas ainda não é em si mesmo, ciência arquivística. Os termos não estão, contudo, destinados a permanecer separados, sem nunca se unirem. A relação dialética corre entre os dois. É necessário que o conhecimento arquivístico se transforme constantemente em ciência arquivística, assim como é necessário que a ciência arquivística elabore conhecimento arquivístico dentro de si.

Essa dialética significa que a ciência arquivística não é universal nem imutável. Enquanto a ciência arquivística tradicional "deu à disciplina sua inclinação empírica, e a construiu como uma ciência descritiva, e aplicou à ela a urgência da historiografia positivista, que visava a acumulação de fatos e a elaboração de conceitos," tal historiografia positivista e empirismo baseado em fatos foram desacreditados pelo pós-modernismo. Reconhecendo este fato, Bucci afirma que novas mudanças sociais "enfraquecem hábitos e normas de conduta, envolvendo uma ruptura com princípios que há muito regem os processos pelo qual os documentos arquivísticos são criados, transmitidos, conservados e explorados." Ele conclui "que as inovações radicais na prática arquivística estão se tornando cada vez mais incompatíveis com a continuidade de uma doutrina que busca permanecer encerrada nos redutos de seus princípios tradicionais" e que

é necessário para a ciência arquivística sair de seu isolamento, abrir-se à sociedade, e buscar em uma teoria da sociedade as garantias de unidade [disciplinar] que a teoria do Estado já não é capaz de fornecer. [...] A teoria da sociedade pode se provar capaz de oferecer categorias unificadas dentro das quais toda a gama de problemas arquivísticos podem ser facilmente apresentados. (BUCCI, 1992, p. 11; 18; 34-35).

Uma série de escritores arquivísticos apoiam Bucci na sua visão de contexto social, organizacional e funcional de criação de registro e manutenção de registro como essencial para a disciplina e entendimento de arquivos, assim como, na terminologia de Bucci, para informar

conhecimento arquivístico e melhor dirigir a prática de arquivos. O foco é externamente sobre o que tenho chamado de "ato criativo ou intenção de autoria ou contexto funcional por trás do registro" em vez de internamente no próprio registro. (COOK, 1997, p. 48)¹⁶

Luciana Duranti (1989; 1996) discorda. Uma teórica arquivística que atravessa os mundos europeus e norte-americanos, Duranti é precisa em suas definições de ciência arquivística, embora suas definições sejam a antítese das de Bucci, em termos da natureza e do significado da ciência arquivística.¹⁷ Para Duranti, a ciência arquivística é “o conjunto de conhecimento sobre a natureza e as características dos arquivos e o trabalho arquivístico sistematicamente organizado em teoria, metodologia e prática.” Ao contrário da “ciência” diplomática, que diz respeito ao conhecimento sistemático sobre a natureza e as características de documentos individuais, a ciência arquivística se aplica a série e fundos “*fonds*”, embora ela também a iguala à “história da administração e sua documentação e à história do direito.” A ligação com a diplomática é clara, já que a ciência arquivística “constitui a mediação necessária entre a teoria diplomática e sua aplicação a casos concretos, reais. [...]” Duranti não está alheia ao meio social que envolve a criação de registros, mas para ela, este é definido de forma restrita pela “doutrina legal” e os costumes jurídicos do contexto do criador. Muito mais problemática do que esta estreiteza jurídica, no entanto, é a visão positivista de Duranti com relação a “ciência”, não importa se ciência arquivística ou ciência diplomática. Os seus princípios e conceitos, que ela acredita serem “universalmente válidos” e trazem “objetividade” para a pesquisa arquivística em contextos documentários, cujas características ela equivale a ter “uma maior qualidade científica.” Os preceitos da ciência arquivística “encontram sua validade em ... coerência e lógica interna, em vez de contexto histórico, legal ou cultural.” A ciência arquivística é “um sistema auto-referencial, totalmente autônomo das influências das concepções políticas, jurídicas ou culturais.” Isto é arquivo como positivismo lógico.

¹⁶Outros escritores importantes na escola “social” ou “societal” ou “archivalization” do pensamento arquivístico, além de Eric Ketelaar evidentemente, e eu mesmo, mais proeminentemente Hans Booms, Helen Samuels, Hugh Taylor, David Bearman, Margaret Hedstrom, Rick Brown, Brien Brothman, Tom Nesmith, Frank Upward, e Verne Harris. Sobre o contexto social em oposição a base estatista da teoria arquivística, ver Cook, “What is Past is Prologue,” 30-36, e abaixo neste ensaio.

¹⁷ Para uma melhor caracterização e crítica de pontos de vista “científicas” de Duranti, ver Mortensen. The Place of Theory, p. 2-3, e *passim*; sua análise é baseada em uma extensa leitura da história e filosofia da ciência.

Tais noções de universalidade, autonomia lógica, interiorização e anti-historicidade são completamente opostas ao pós-modernismo. Entre as visões de Bucci e as de Duranti, sobre a ciência arquivística, reside um abismo que separa as visões gerais mais próximas da ciência arquivística dos europeus de um lado, e norte-americanos e australianos do outro. E é esse o abismo entre o pré-modernismo e o pós-modernismo. No entanto, muitos arquivistas se apegam a essas noções pré-modernistas de Jenkinson, talvez sem a precisão consciente de expressão de Duranti, mas ainda acreditando (ou com esperanças?) que o arquivista deva continuar a ser uma espécie de mediador neutro, desinteressado, idealmente, imparcial entre criadores de registros e usuários de registros.¹⁸

Tais visões tradicionais de “ciência” podem ser criticadas em dois aspectos. Primeiro, confunde-se “ciência” com “cientificismo”. O crítico social Neil Postman (1993, p. 144-163) escreve sobre pseudociências como a psicologia e sociologia ou gestão— podemos adicionar biblioteconomia, ciência da informação e ciência arquivística?— que tentam legitimar o seu trabalho através da aplicação de métodos de pesquisa e análise lógica da observação de objetos naturais (ou fenômenos) sociais, humanos, ou temas (ou fenômenos) similares não-naturais das ciências físicas— como por exemplo sistemas de informação?— para os quais eles são inapropriados. Isto é feito frequentemente, talvez de forma inconsciente, na esperança de ganhar status, respeito, poder e prova de autenticidade para estas novas profissões, uma vez concedidos a

¹⁸ Reconheço que há um debate em muitas disciplinas sobre o que o é o “modernismo”, e portanto, é bastante importante colocar minha posição aqui, se desejo que o que eu entendo por pré-modernismo (e pós-modernismo) faça sentido para o leitor. Para alguns, o modernismo é contrastado com o medievalismo e tem o seu nascimento no Renascimento; para outros, o modernismo se situa no racionalismo do Iluminismo e sua rejeição de paixões religiosas do século anterior. Eu tomo a visão mais estreita de que o modernismo é a mentalidade e os valores dominantes em muitas disciplinas e artes na primeira metade ou dois terços do século XX, em contraste com o Vitoriano. Nesta distinção, e para uma história intelectual estimulante do Ocidente no século passado, ver CANTOR, Norman. *The american century: varieties of culture in modern times*. Nova York, 1997. Esta abordagem é complementar (embora não exatamente paralela) as distinções úteis de Theo Thomassen (em “The Development of Archival Science and its European Dimension,” já citado) de pré-paradigma da ciência arquivística (Vitoriano), clássica ciência arquivística do Manual holandês de 1898 até recentemente (modernismo) e, agora, a perspectiva de um novo paradigma para a ciência arquivística (pós-modernismo). Eu acredito que as três fases são um pouco diferentes: a ciência arquivística pré-moderna engloba os valores vitorianos (como Cantor os definiu) evidentes em diplomática, o manual holandês, até Jenkinson; a ciência arquivística modernista é representado por Schellenberg e do impacto organizacional/pensamento gerencial em arquivos; e o pensamento arquivístico pós-moderno é, como Thomassen coloca, o novo paradigma, sua natureza e seu o impacto é o tema deste ensaio. Dito de outra forma, os pré-modernistas tinha a crença de que o documento refletia atos e fatos empíricos e tinham crença na ciência histórica da escola Ranke yon como sendo capaz de interpretar esses documentos e chegar à realidade objetiva do passado histórico; o modernismo questionou a objetividade da história, percebendo que existem muitas interpretações históricas possíveis do mesmo conjunto de documentos descrevendo o mesmo assunto ou evento; o pós-modernismo questiona a objetividade e “quão natural” é o documento em si.

químicos, biólogos, ou físicos, especialmente em ambientes universitários. Enquanto dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio, sob as mesmas condições físicas em qualquer lugar do mundo em qualquer tempo, sempre produzirão uma molécula de água, dois criadores de registros, uma função, e a necessidade de registrar evidência de alguma tarefa idêntica ou transação em países diferentes em séculos diferentes, nunca produzirão o mesmo registro arquivístico. Se a ciência arquivística fosse modelada de acordo com as leis objetivas e universais das ciências físicas, seria privada do humano, do histórico e das idiossincrasias do processo social (manutenção de registros) à que está inexoravelmente ligada.

A segunda crítica é que as ciências físicas tradicionais, desde Popper e Kuhn, para não falar da mais recente investida pós-modernista, há muito abandonaram as reivindicações de objetividade, imparcialidade, neutralidade, universalidade, autonomia, as quais alguns cientistas arquivísticos— além de profissionais arquivísticos— ainda se apegam. Para qualquer ciência, sua escolhas de projetos, métodos e profissionais, seus critérios educacionais, padrões de aceitação, e as razões para a exclusão e fracasso, todos refletem necessidades e interesses atuais, e lutas, mais profundas, referente a gênero, a questões sociais, ideológicas, políticas, econômicas, de linguística, de padrões emocionais e lutas pelo poder.

Nossa percepção de arranjo, classificação e organização de informação, que é central para a ciência arquivística, como Michel Foucault revela, reflete as noções ocidentais tradicionais do racionalismo científico e do positivismo lógico. Tais sistemas de organização de informação confrontam os arquivistas não só durante a sua atividade de avaliação nas entidades de criação de registros ou uso contemporâneo, mas são impostas pelos próprios arquivistas em suas práticas internas descritivas. A lógica aparentemente racional da categorização de informação em tais sistemas, como Foucault explica, pode levar observadores (incluindo arquivistas) a assumir que dados ou fatos neutros ou “a verdade” estão sendo transmitidos. No entanto, a estrutura de tais sistemas pode obscurecer ou desvalorizar a mente por trás da matéria, a inteligência por trás do fato, a função de trás da estrutura, o contexto rico, ironicamente, que os arquivistas se dedicam a proteger, fica por trás da superfície do conteúdo informacional. O pós-modernismo analisa a linguagem, metáforas, e os padrões de discurso das palavras, ou o documento, ou todo o sistema de informação, no contexto do seu tempo e lugar, para revelar a mente subjacente, as motivações

e estruturas de poder do criador dos registros usando estes padrões. Os arquivos, para Foucault, estão ancorados na teoria social contextual em vez de no positivismo científico.¹⁹

Com a constante necessidade de re-avaliar, des-construir e aceitar a evolução da teoria e prática arquivística, os arquivistas no novo século devem aceitar, ao invés de negar sua própria historicidade, isto é, sua própria participação no processo histórico. Eles devem reintegrar o subjetivo (a mente, o processo, a função) com o objetivo (a matéria, o produto registrado, o sistema de informação) em seus constructos teóricos. E como os cientistas contemporâneos, na vanguarda da nova física, eles deveriam abandonar a abordagem atomística (focado no registro) da velha ciência para “uma nova ciência baseada na primazia do processo”, onde a "dependência contextual" do todo é mais importante que a autonomia das partes, e onde ciência está situada nos seus contextos históricos e ideológicos. (KELLER, 1985, p. 5-9, 11-12, 130)²⁰

Apesar da análise acima, o pós-modernismo e a ciência arquivística não precisam ser opostos. A preocupação do pós-modernismo com “os contextos, construídos semioticamente” da criação de registros reflete uma preocupação arquivística antiga com a contextualidade, em mapear a inter-relação de proveniência entre o criador e o registro, em determinar o contexto através da leitura e por trás do texto (HUTCHEON, 1988, p. 122). Desta forma, os arquivistas

¹⁹ Por Foucault, suas obras fundamentais para arquivistas são *The order of things: an archaeology of the human sciences* (Nova York, 1970, originalmente em francês em 1966) e, especialmente, *The archaeology of knowledge* (Nova York, 1972, originalmente em francês em 1969). Uma boa introdução ao seu pensamento é GUTTING, Gary. *Michael Foucault's archaeology of scientific reason*. Cambridge, 1989, ver especialmente páginas 231-244 para a análise de Foucault sobre documentos. Para um exemplo pioneiro da aplicação de algumas dessas ideias pós-modernistas ao registro documental, ver HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, p. 1-20, Summer 1989. Harley explora o poderoso contexto social por trás do mapa, bem como vê no mapa elementos metafóricos e retóricos onde antes os estudiosos apenas viam medição e topografia. Ele demonstra que a cartografia é menos "científica" do que se assume, e reflete as preferências funcionais de seu patrocinador, tanto quanto a superfície da terra. Para uma análise semelhante e conclusão para mídia de arquivo, ver SCHWARTZ, Joan. “We make our tools and our tools makes us”: Lessons from Photographs for the practice, politics, and poetics of diplomatics,” já citado.

²⁰ Veja também MERCHANT, Carolyn. *The death of nature: women, ecology, and the scientific revolution*. Nova York, 1980, 1990. p. XVII-XVIII. Ela demonstra que a nova teoria da termodinâmica e do caos também apoia conclusões semelhantes sobre o pensamento contextual, interdependente baseado em processos. Para um exame arquivístico destas questões sobre a natureza ideológica da ciência, que também explora as implicações desta para o trabalho arquivístico, consulte LOEWEN, Candace. From human neglect to planetary survival: new approaches to the appraisal of environmental records. *Archivaria*, v. 33, Winter 1991 -1992. p. 97-98, 100 e *passim*. Suas ideias se refletem em parte, em TAYLOR, Hugh A. Recycling the past: the archivist in the age of ecology. *Archivaria*, v. 35, p. 203-213, Spring 1993, as ricas notas tanto em Loewen e partes de Taylor podem orientar os leitores interessados a muitas outras fontes de apoio. Entre muitas análises históricas que mostram que a "ciência" é tanto um produto da ideologia como de observação desinteressada, ver NOBLE, David E. *A world without women: the christian clerical culture of western science*. Nova Iorque, 1992 ou MARGARET, Wertheim. *Pythagoras' Trousers: god, physics, and the gender wars*. Londres, 1997.

podem ter sido, sem estarem conscientes do fato, os primeiros pós-modernistas— e décadas antes mesmo do termo ter sido inventado! Além desse nível inicial de conforto, no entanto, o pós-modernismo deve inquietar os arquivistas com muitas formulações tradicionais sobre a ciência arquivística. Por implicação, o pós-modernismo questiona certas afirmações centrais da profissão: a de que arquivistas são, nas palavras de Jenkinson, guardiões neutros e imparciais da "Verdade" (COOK, 1997, p. 23-26); de que os arquivos, como documentos, são subprodutos desinteressados ou inocentes de ações e administrações; que proveniência está enraizada na entidade ou local de origem em vez de no processo e discurso de criação; de que a "ordem" e linguagem imposta aos registros, através da organização de arquivos e descrição, são livres de recriações de uma realidade anterior; de que nossa orientação fixa, física, focada na estrutura, não requer mudança quando nos confrontamos com um mundo pós-moderno desestabilizado, virtual, descentrado. A menos que a ciência arquivística possa se adaptar a essas realidades pós-modernas, a menos que possa focar na teoria social e contextualidade histórica, sua relevância para a profissão será cada vez mais vaga.

Eu sugiro que a ciência arquivística veja ideias, estratégias e metodologias arquivísticas nos séculos passados, e de agora em diante, em séculos futuros, como conceitos que estão em constante evolução, sempre em mutação, adaptando continuamente, por causa das mudanças radicais na natureza dos registros, na estrutura de criação de registros, e culturas organizacionais e de trabalho, funções sociais e institucionais, predileções individuais e pessoais de manutenção de registros, sistemas de manutenção de registros institucionais, o uso contemporâneo de registros, e as tendências mais vastas em termos culturais, legais, tecnológicos, sociais e filosóficos na sociedade. Os arquivistas têm que ser capazes de pesquisar, reconhecer e articular *todas* essas mudanças radicais na sociedade e, então, lidar conceitualmente com o seu impacto sobre a teoria, metodologia e prática arquivísticas. Essa articulação forma nosso discurso coletivo como uma profissão, a meta-narrativa que anima nossa prática diária, e, portanto, é o foco apropriado de uma ciência arquivística no novo século.

Mudanças no pensamento arquivístico

O pós-modernismo não é a única razão para a reformulação dos principais preceitos da ciência arquivística. Mudanças significativas no propósito de arquivos como instituições e da natureza dos registros são outros fatores que, combinados com ideias pós-modernas, formam a base da nova percepção de arquivos como documentos, instituições e profissão na sociedade.²¹

Houve uma mudança significativa na própria razão do por que instituições arquivísticas existem— ou pelo menos, arquivos públicos e com financiamento público: empresas privadas ou arquivos corporativos reconhecidamente não compartilham plenamente dessas mudanças. Houve uma mudança coletiva durante o século passado, de uma justificativa jurídico-administrativo para arquivos fundamentadas em conceitos de Estado, para uma justificação sociocultural para os arquivos, fundamentada na política pública e uso público mais amplo. Esta grande mudança reflete, em parte, o domínio durante o século, até muito recentemente, de historiadores como a força motriz dentro da profissão e na formação de arquivistas, e em parte, as mudanças nas expectativas de cidadãos sobre o quê os arquivos devem ser e como o passado deve ser concebido e protegido e ser disponibilizado. Tradicionalmente, os arquivos foram fundados pelo Estado, para servir o Estado, como parte da estrutura hierárquica do estado e da cultura organizacional. A ciência arquivística, não surpreendentemente, encontrou sua primeira legitimação em teorias e modelos estatistas e, a partir do estudo da natureza e propriedades de registros mais antigos do estado. Os conceitos teóricos resultantes, tem sido adotados desde então, por praticamente todos os outros tipos de instituição arquivísticas em todo o mundo, incluindo até mesmo a coleta de arquivos privados.

No início do século XXI, a sanção pública para arquivos em democracias mudou fundamentalmente do modelo anterior estatista: os arquivos são agora, no estilo memorável de Eric Ketelaar (1992), do povo, para o povo, e mesmo pelo povo.²² Enquanto a manutenção da responsabilidade do governo e continuidade administrativa, e a proteção dos direitos pessoais, ainda são devidamente reconhecidos como importantes para os objetivos de arquivo, a principal

²¹ As discussões seguintes refletem minha análise da história de ideias arquivísticas desde o Manual Holandês, tal como apresentado em *ibid.* Não vou repetir aqui as extensas notas fornecidas lá para apoiar estas conclusões sumárias.

²² Reeditado em KETELAAR, Eric. *The archival image*. Hilversum, 1997. (Collected Essays). p.15-26.

justificativa para arquivos para a maioria dos usuários, e para o público que paga impostos em geral, também refletida na maior parte da legislação nacional arquivística de Estado, se baseia em arquivos como sendo capazes de oferecer aos cidadãos um sentido de identidade, localização, história, cultura e memória pessoal e coletiva. Dito de forma simples, não é mais aceitável limitar a definição de memória da sociedade unicamente a um resíduo documental que foi deixado (ou foi escolhido) pelos poderosos criadores de registros. A responsabilidade pública e histórica exige mais dos arquivos e dos arquivistas.

Os arquivistas, principalmente aqueles trabalhando em arquivos ou institucionais nacionais, precisam começar a pensar em termos do processo de governança, não apenas de governos que estão no poder (WILSON, 1995)²³. “Governança” inclui estar consciente da interação dos cidadãos com o Estado, do impacto do Estado sobre a sociedade, e das funções ou atividades da própria sociedade, tanto quanto das estruturas do governo e seus burocratas que tem uma visão voltada para o seu interior. O arquivista fazendo avaliação, e todas as ações subsequentes, deve focar nos registros de governança, e não apenas do governo, quando lidando com registros institucionais. Esta perspectiva também melhor complementa o trabalho de arquivistas que lidam com documentos pessoais ou arquivos “manuscritos” privados. Este relacionamento interativo cidadão-estado, devo lembrar aqui, seria refletido em outras jurisdições pela interação de membros com sua igreja ou sindicato, de estudantes com uma universidade, de clientes com uma empresa, e assim por diante— esta perspectiva mais ampla de “governança” não é apenas para os arquivistas do governo, mas para todos os arquivistas.

O desafio para a ciência arquivística no novo século é o de preservar a prova registrada de governança, e não apenas de governos que estão no poder. E a tarefa agora também inclui a tomada de arquivos para o povo, ou incentivá-lo a vir e usar arquivos. Os arquivos não são um *playground* particular onde a equipe profissional pode saciar seu interesse em história ou sua interação pessoal com historiadores e outros estudiosos ou, igualmente, as suas inclinações para fazer parte das infraestruturas políticas públicas e de informações de suas jurisdições; os arquivos são um encargo público sagrado de preservar as memórias da sociedade que devem ser

²³ Para meros arquivistas (humildemente) fazerem o que eles acham que seus patrocinadores governamentais desejam com relação a seus registros institucionais, ou o que os arquivistas acreditam que irá agradar estes patrocinadores e, assim, mostrar que são bons jogadores "corporativos", dignos de continuar financiando, é, como Shirley Sprage diz, muito fácil abdicar da missão e responsabilidades de arquivista. Ver sua "The abdication crisis: are archivists giving up their cultural responsibility? *Archivaria*, v. 40, p. 173-181, Fall 1995".

amplamente compartilhados. Os arquivistas servem a sociedade, não o Estado, mesmo que trabalhem para uma agência dentro da burocracia do estado.

A principal mudança arquivística refere-se ao registro, e, especificamente, como os arquivos e arquivistas têm tentado preservar registros autênticos e confiáveis como prova de ideias e transações. Na sua essência, a ciência arquivística tem procurado entender registros iluminando o seu contexto ou proveniência ou a ordem dos dois dentro de uma série ou sistema, mais do que seu conteúdo temático. Os arquivistas primeiro conseguiram alcançar a proteção de contexto preservando, dentro de edifício arquivísticos, sob custódia ininterrupta e na ordem original (ou restaurada) de seu esquema inicial de classificação, todos os registros que sobreviveram que não eram mais necessários pela sua administração original. Tais registros eram, com frequência, uma série fechada inteira de organizações extintas, ou documentos antigos, isolados, de prestígio. Avaliação era desconhecida ou desencorajada. Defender o contexto físico original era considerado uma parte crítica dessa proteção. De fato, até meados do século, os arquivistas muitas vezes recriavam a ordem física original dos sistemas de registro departamental nas estantes de arquivo colocando novos acessos de registros nos lugares corretos entre os seus antecessores, já sob a custódia dos arquivos.

O foco agora mudou de preservação de provas para a sua criação e apreciação. Os arquivistas tentam preservar registros confiáveis no contexto, garantindo que os registros sejam inicialmente criados de acordo com padrões aceitáveis de evidência, e, indo mais longe, garantindo que todos os atos e ideias importantes estejam devidamente documentados por evidência confiável, em vez de esperar, passivamente, por um resíduo natural emergir. (E, se algum rearranjo ou integrações posteriores forem necessárias, isto é feito agora virtualmente, ordenando por computador, em vez de fisicamente reorganizando as coleções.) Em um mundo de séries de registros grandes e abertos, em um mundo de rápidas mudanças e muitas organizações complexas que criam registros de papel volumosos e descentralizados, e em um mundo de registros eletrônicos com seus documentos transitórios e virtuais, seus bancos de dados relacionais e polivalentes, e suas redes interinstitucionais de comunicação, nenhum registro confiável sequer sobreviverá e estará disponível para o arquivista preservar da maneira tradicional— a menos que o arquivista intervenha de diferentes formas na vida ativa do registro. Tal intervenção irá afetar o comportamento organizacional, culturas de trabalho, a política de

manutenção de registros, e estratégias de desenho de sistema, e irá escolher ativamente (ou seja, avaliar) quais funções, processos e tarefas são significativas e, portanto, quais registros relacionados são dignos de serem preservados indefinidamente como arquivos da sociedade— tudo isso feito, de preferência, antes mesmo de o registro ter sido realmente criado. E uma vez que esses registros estiverem disponíveis para serem preservados em arquivos, se assim for desejável, a noção confortável de valor permanente de registros únicos também irá exigir modificação ao longo do tempo, simplesmente porque o registro eletrônico vai se tornar, ou ilegível ou incompreensível, a menos que seja recopiado e sua estrutura e funcionalidade reconfigurados em novo *software* a cada poucos anos pelos arquivos. Isto substitui a preservação de arquivos tradicional que focava em normas adequadas para reparar, restaurar, armazenar, e uso do meio físico, que era o registro. Com os registros eletrônicos, o meio físico torna-se quase totalmente irrelevante em um espaço de tempo de décadas ou séculos para preservar tais registros, já que os próprios registros serão migrados antes do meio físico se deteriorar, e de forma contínua. O que será importante é reconfigurar em novo *software* ao longo do tempo para manter a funcionalidade real ou o contexto que mantém evidência do registro “original”, e neste problema, a ciência arquivística precisa prestar cada vez mais atenção.

Como resultado destes desenvolvimentos, a ciência arquivística agora deve encontrar inspiração a partir de análises funcionais dos processos de criação de registros e da teoria social contemporânea, em vez de se buscar inspiração na organização e descrição dos produtos registrados encontrados em arquivos. Como Eric Ketelaar (1996, p. 36) concluiu, “a ciência arquivística funcional substitui ciência arquivística descritiva, ... apenas por uma interpretação funcional do contexto envolvendo a criação de documentos, pode-se compreender a integridade dos fundos ‘*fonds*’ e as funções dos documentos arquivísticos em seu contexto original.”²⁴ Como Oddo Bucci observou, apoiando a visão de Ketelaar, a ciência arquivística descritiva era positivista, física e moderna; a ciência arquivística funcional será histórica, virtual e pós-moderna.

²⁴ Reimpresso em KETELAAR, Eric. *The archival image collected essays*. Hilversum, 1997. p. 62 ~ 53.

Novas formulações para ciência arquivística

Para o nosso novo século, com base nessas alterações nos registros e percepções pós-modernas, a ciência arquivística deve mudar seu paradigma de pesquisa, da análise das propriedades e características de documentos individuais ou séries de registros, para uma análise das funções, processos e operações que levam documentos e séries a serem criados. Com foco nos processos de criação de registros em vez de foco nos produtos registrados, as principais formulações teóricas sobre arquivos vão mudar. Aqui estão oito sugestões que resumem os argumentos acima:

1. *Proveniência*: O princípio de proveniência muda, de ligação de um registro diretamente ao seu único local de origem em uma estrutura organizacional hierárquica tradicional, para se tornar um conceito virtual e mais elástico refletindo essas funções e processos do criador que levaram o registro a ser criado, dentro e entre as organizações em constante evolução, interagindo com uma clientela em constante mudança, refletindo diferentes culturas organizacionais e gerenciais, e adotando convenções, muitas vezes idiossincráticas, de trabalho e de interação humana apropriadas para organizações horizontais, em rede, e (muitas vezes) de curto prazo. Em suma, proveniência está ligada à função e atividade e não à estrutura e lugar. A proveniência se torna mais virtual do que física.
2. *Ordem original*: a ordem original muda, da manutenção do local físico inicial para a colocação de produtos registrados em um sistema de registro ou de classificação para a intervenção conceitual de *software*, onde pedaços de registros são armazenados de forma aleatória, sem significado físico, e, então, recombinações intelectualmente ou funcionalmente, de maneiras diferentes, para diferentes fins, em tempos e lugares diferentes, em diferentes tipos de ordens, para usuários diferentes. As ordens refletem usos múltiplos nos processos de trabalho, em vez de arranjo físico de objetos registrados. A "peça" única de dados pode ser ordenada de várias formas para refletir usos diferentes para públicos diferentes.
3. *Registro*: As três partes componentes de qualquer registro— sua estrutura, conteúdo e contexto— que tradicionalmente eram fixados em um único meio físico— fosse pergaminho, papel ou filme— são agora divididos em armazenamento separados de dados

e talvez diferentes programas de *software*. Um registro, portanto, deixa de ser um objeto físico para ser um “objeto” conceitual de dados, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto, e estrutura para fornecer evidência de alguma atividade do criador ou função. Além disso, como contexto e usos do registro mudam ao longo do tempo (incluindo usos de arquivo), os metadados mudam, e o registro e seu contexto é continuamente renovado. Os registros não são mais fixos, mas dinâmicos. O registro não é mais um objeto passivo, um "registro" de evidência, mas um agente ativo a desempenhar um papel contínuo na vida dos indivíduos, organizações e sociedade.

4. *Fundos*: os fundos de arquivos mudam de forma semelhante, não mais são concebidos como refletindo alguma ordem estática física com base em regras decorrentes da transferência, arranjo, ou acumulação de agrupamentos de registros, mas são uma realidade virtual de relacionamento refletindo a criação múltipla e dinâmica e autoria múltipla centrada na função e atividade que capta de forma mais precisa a contextualidade de registros no mundo moderno.²⁵
5. *Arranjo e descrição*, conseqüentemente vão concentrar menos em entidades e agrupamentos físicos de registros, que de qualquer forma não significam nada para o meio eletrônico, e em vez disso desenvolver (e compartilhar com os pesquisadores) entendimentos conceituais enriquecidos e múltiplas inter-relações e usos do meio social de criação de registros, bem como a incorporação de sistema relacionado de documentação e funcional de meta-dados do criador dos registros em ferramentas descritivas arquivísticas.

²⁵ Para repensar a natureza dos fundos de arquivo e portanto, descrição arquivística envolvendo relacionamentos virtuais, ‘de muitos para muitos’, em vez de entidades hierárquicas e de arranjo físico tradicionais de, ‘um para muitos’, ver COOK, Terry. The concept of archival fonds in the post-custodial era: theory, problems, and solutions. *Archivaria*, v. 35, p. 24-37, Winter 1992-1993. O pioneiro de tal pensamento, três décadas atrás, foi australiano Peter Scott, como descrito no meu "What is Past is Prologue," 38-39 (que tem referências a todas as obras fundamentais de Scott), para a atualização mais recente sobre o pensamento descritivo australiano (com muitas referências adicionais), ver MCKEMMISH, Sue; ACLAND, Glenda; WARD, Nigel; REED, Barbara. Describing records in context in the continuum: the Australian recordkeeping metadata system. *Archivaria*, v. 48, p. 3-43, Fall 1999. Para uma descrição baseada na criação funcional de metadados em vez de arranjo físico, ver BEARMAN, David. Documenting documentation. *Archivaria*, v. 34, p. 33-49, Summer 1992, e HEDSTROM, Margaret. Descriptive practices for electronic records: deciding what is essential and imagining what is possible. *Archivaria*, v. 36, p. 53-62, Autumn 1993. Para uma alternativa de trabalho com base na reconsideração de fundos, agora operacional no Arquivo de Ontário em Toronto, ver KRAWCZYK, Bob. Cross reference heaven: the abandonment of the fonds as the primary level of arrangement for Ontario government records. *Archivaria*, v. 48, p. 131-153, Fall 1999.

6. *Avaliação* vai continuar a mudar, não mais será uma avaliação de registros pelo seu valor potencial de investigação, mas se tornará uma macro-avaliação das funções sociais, programas e atividades do criador, e interação dos cidadãos com estes criadores, e então a seleção o registro mais sucinto para preservação e acesso contínuo que espelha essas funções, e procurando (ou criando?) fontes no setor privado, orais ou visuais, para complementar os registros oficiais institucionais, usando a mesma lógica funcional. A avaliação estabelece o "valor" através da teoria social baseada na narratividade contextual da criação, em vez de conteúdo temático. A avaliação irá apreciar vozes marginalizadas, ou mesmo silenciadas, da mesma forma cuidadosa com que aprecia textos poderosos e oficiais, e irá buscar evidências de governança em vez de governo.²⁶
7. *Preservação* não focará, como disse antes, na reparação, conservação e salvaguarda do meio físico em que o registro estava, mas se concentrará em migrar ou emular constantemente os conceitos e inter-relações que agora definem os registros virtuais e fundos virtuais para novos programas de *software*. (É claro que reparação e conservação tradicionais continuarão a existir para o legado documental dos séculos passados.)
8. Os próprios *Arquivos* como instituições, mudarão gradualmente, não mais serão locais que apenas armazenam registros antigos que os pesquisadores devem visitar para consulta, mas se tornarão arquivos virtuais “sem paredes”, existente na Internet para facilitar o acesso ao público a milhares de sistemas interligados de manutenção de registros interligados, *tanto* aqueles sob o controle dos arquivos e os que ficam sob a custódia de seus criadores ou outro arquivos.²⁷

²⁶ Para uma introdução a "macro-avaliação" ou a avaliação de funções e atividades, em vez de registros, ver COOK, Terry. Mind Over matter: towards a new theory of archival appraisal. In: CRAIG, Barbara (Ed.). *The Canadian imagination: essays in honour of hugh taylor*. Ottawa, 1992. p. 38-70, e seu "The archival appraisal of records containing personal information: a RAMP study with guidelines. Paris, 1991", e BROWN, Richard. Macro-appraisal theory and the context of the public records creator. *Archivaria*, v. 40, p. 121-172, Fall 1995. Abordagens semelhantes foram adotadas pelo Arquivo Nacional da Holanda com seu projeto PIVOT, e na África do Sul e Austrália, entre outras jurisdições.

²⁷ O trabalho de David Bearman tem defendido de forma proeminente esta abordagem. Para uma visão geral, ver seus ensaios publicados como "Electronic evidence; strategies for managing records in contemporary organizations. Pittsburgh, 1994, bem como HEDSTROM, Margaret; DAVID, Bearman. Reinventing archives for electronic records: alternative service delivery options. In: HEDSTROM, Margaret (Ed.). *Electronic records management program strategies*. Pittsburgh, 1993. p. 82-98. A declaração inicial para o gerenciamento distribuído ou a abordagem de não custódia para preservar arquivos foi de BEARMAN, David. An indefensible bastion: archives as repositories in the electronic age. In: BEARMAN, David (Ed.). *Archival management of electronic records*.

Todas essas mudanças tiram o foco teórico (e prático) da ciência arquivística do registro e coloca o foco no ato criativo ou intenção de autoria ou processo ou funcionalidade por trás do registro. Neste novo mundo, portanto, o trabalho intelectual essencial da ciência arquivística deve se concentrar mais em iluminar os contextos funcionais e estruturais de registros, e sua evolução ao longo do tempo, e a construção de sistemas de conhecimento capazes de capturar, recuperar, exibir e compartilhar esta informação conceitual-proveniência como a base de todo o processo de decisão arquivístico, não mais focado no desenho de sistema e avaliação do que é aparente mas focado na programação pública e atividades de extensão que estão por trás.

E isso faz do arquivista um mediador ativo na formação da memória coletiva através de arquivos. Os arquivistas inevitavelmente irão injetar seus próprios valores em todas as pesquisas e atividades, e, portanto, terão que analisar muito conscientemente suas escolhas na criação de arquivos e processo de formação de memória. Eles também terão que deixar evidência registrada clara e explicar as suas escolhas para a posteridade. Ao fazê-lo desta forma, com sensibilidade pós-moderna e perspectiva histórica, os arquivistas poderão balancear melhor quais as funções, atividades, organizações e pessoas da sociedade, devem ser incluídos e quais devem ser excluídos da memória coletiva do mundo, através de registros.

Processo em vez de produto, tornando-se em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais— estas têm se tornado as palavras de ordem pós-moderna para analisar e compreender ciência, sociedade, organizações e atividade empresarial, entre outros. Estas devem igualmente ser as palavras de ordem para a ciência arquivística no novo século, e, assim, as bases para um novo paradigma conceitual para a profissão.

Pittsburgh, 1991. p. 14-24, que tem gerado muitos artigos, tanto atacando como apoiando, este conceito. No entanto, reconhecendo as novas realidades, os arquivos nacionais do Reino Unido, Canadá e Austrália adotaram políticas para o gerenciamento distribuído por outros organismos de algumas categorias de registros eletrônicos.

Referencias

BUCCI, Odo (Ed.). **Archival science on threshold of the year 2000**. Macerata: Università degli Studi di Macerata, 1992.

COOK, Terry. From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives. **Archivaria**, v. 19, p. 28-49, Winter 1984-1985.

_____. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 17-63, Spring 1997.

DERRIDA, Jacques. **Archive fever: a freudian impression**. Chicago: Londres: The University of Chicago Press, 1996.

DURANTI, Luciana. Archival sciences In: KENT, A. **Encyclopedia of library and information science**, 1996. v. 59. p. 1, 5, 12.

_____. Diplomatics: new uses for an old science [part one]. **Archivaria**, v. 28, p. 8-11, Summer 1989

EASTWOOD, Terence M. Reflections on the development of archives in Canada and Australia. In: MCKEMMISH, Sue; UPWARD, Frank (Ed.). **Archival documents: providing accountability through recordkeeping**. Melbourne: Ancora Press, 1993. p. 27-39.

HUTCHEON, Linda. **A poetics of postmodernism: history, theory, fiction**. London: New York: Routledge, 1988.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on gender and science**. New Haven: Londres, 1985.

KETELAAR, Eric. Archival theory and the dutch manual. **Archivaria**, v. 41, Spring 1996.

_____. Archives of the people, by the people, for the people. **South Africa Archives Journal**, v. 34, p. 5-16, 1992.

_____. The difference best postponed? culture and comparative archival science. **Archivaria**, v. 44, p. 142-148, Fall 1997.

LE GOFF, Jacques. **History and memory**. New York: Columbia University Press, 1992.
traduzido por Steven Rendall e Claman Elizabeth

POSTMAN, Neil. **Technopoly: the surrender of culture to technology**. Nova Iorque, 1993.

WILSON, Ian E. Reflections on archival strategies. **American Archivist**, v. 58, p. 414-429, Fall 1995.